

ELECTRIFICAÇÃO NACIONAL

Produzir mais, consumir melhor

O ano de 1981 foi assaz cruel, por avareza de chuvas, que em muito prejudicou a economia do País. A seca, para a produção agrícola, foi pouco menos que calamitosa. São raras as regiões onde a míngua de água, para usos industriais ou domésticos, não tenha efectivamente afectado a vida normal das populações.

A falta de chuva do último ano hidrológico faz-nos lembrar, com arrepiante pesadelo, o que se passava há mais de cinquenta anos quando, para satisfazer o pequeno consumo nacional de energia, se queimava lenha e algum carvão nacional e era escassa a energia hidroeléctrica produzida; no mais, importava-se praticamente tudo.

O ano de 1981 acarretou-nos importação anómala e gravosa de energia eléctrica e o consumo, mais gravoso ainda, do petróleo bruto — factor preponderante da inflação conjuntural. No ano anterior, todavia, já o balanço energético publicado no Boletim de Informação N.º 5 (Suplemento 1980) da Direcção-Geral de Energia nos informava que a dependência externa do abastecimento energético do País atingira 92 %, em 1980, cabendo ao petróleo 86,6 %, ao carvão 4,5 %, à energia eléctrica 9,9 %.

Segundo o boletim mensal de Janeiro daquela Direcção-Geral, a situação da produção de energia eléctrica em 1981, ainda foi mais grave: a produção hídrica baixou de 43,1 %, a produção térmica aumentou de 28,5 % e a importação de electricidade subiu a 96,2 % mais (valores expressos em tep e referidos até Novembro de 1980).

A degradação progressiva da contribuição relativa das fontes primárias nacionais na produção de energia eléctrica toma cariz alarmante do ponto de vista financeiro, o qual se agrava com o tempo em suas consequências económicas.

A incapacidade estrutural da Rede Eléctrica Nacional ultrapassa a transitoriedade circunstanciada pela falta calamitosa de chuvas no ano passado. Tudo tende a agravar-se com o decorrer dos anos seguintes, se não renascer uma mobilização patriótica de emergência que, dentro do possível, remedeie, por duas décadas, a situação presente.

Neste sentido, julgamos fundamentado o nosso sinal de alarme.

De todos os factores que determinam as opções

possíveis na área de resoluções exigíveis no plano da produção nacional de energia eléctrica, a pressão do tempo é, como pensamos, a razão prioritária que tem de apoiar a acção nacional que as circunstâncias impõem. Em nosso entender, apenas por duas vias, ao nosso alcance, se deve encaminhar o esforço necessário à recuperação nacional, no âmbito de electrificação do País; só elas podem perspectivar resultados significativos, nas décadas de 80 e 90, período dramático que terá de ser ultrapassado.

Os dois pontos de apoio da política possível, no âmbito da produção de energia eléctrica, definem-se pelos dois parâmetros seguintes: alargar radicalmente o aproveitamento do potencial hidroeléctrico e, simultaneamente, no sector industrial, a poupança do consumo de energia através de remodelação sistemática, obrigatória e viável, dos meios de utilização energética.

Se a melhoria da rentabilidade do consumo industrial, falando apenas dos consumos de energia eléctrica, permitir globalmente uma economia da ordem de 5 % (no quadro dos grandes consumidores) tudo se passa como se houvésemos «instalado» uma grande central de energia permanente, sem prejuízos ambientais, sem mais ocupação do potencial hídrico e investindo menos.

Na situação presente, impõem-se as duas resoluções imediatas: produzir mais; consumir melhor.

A grande missão de ampliar, com a maior urgência possível, a estrutura produtiva dos aproveitamentos hidroeléctricos nacionais é adequada à EDP; têm sido e serão a sua devoção e a nossa esperança. A remodelação dos meios intervenientes nos consumos abastecidos pelas suas redes é outra missão quase tão importante, face à conjuntura provável que ensombra as duas últimas décadas do século. Um triunvirato, composto pela E. D. P. pelo L. N. E. T. I. e pela representação adequada à indústria consumidora, será, como se impõe, o órgão motor da dinâmica da tal acção de poupança, através do estudo, projecto, financiamento e instalação dos processos e instrumentos do consumo industrial renovado. Estas duas opções, as únicas que pensamos ser viáveis (no tempo e disponibilidades perante as carências presentes) são a linha de rumo desejável no âmbito da electrificação nacional do último vinténio do século.

F. do A.